

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
ARQUITETURA E URBANISMO
RENATA MARIA DE AGUIAR VALENÇA

**ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS: PRAÇAS DO RECIFE**



RECIFE
NOVEMBRO 2015

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
ARQUITETURA E URBANISMO
RENATA MARIA DE AGUIAR VALENÇA

**ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS: PRAÇAS DO RECIFE**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, sob orientação da professora Mércia Carréra de Medeiros.

RECIFE
NOVEMBRO 2015

Valença, Renata Maria de Aguiar

Acessibilidade nos espaços livres públicos: análise de 06 praças do Recife. / Renata Maria de Aguiar Valença. – Recife: O Autor, 2015.

63 f.; il.

Orientador(a): Profa. Dra. Mércia Carrera de Medeiros

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Arquitetura e urbanismo 2. Acessibilidade. 3. Espaços públicos. 4. Praças públicas. I. Título.

**72
720**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2016-398**



*A Deus, a Mércia Carréra, aos meus familiares,
amigos e as pessoas com deficiência.*



“Nada é acessível o suficiente que não possa melhorar.”

Horácio Soares



RESUMO

Esta pesquisa surgiu com interesse em produzir um conhecimento sobre a situação atual das praças do Recife em relação a questão da acessibilidade, com o objetivo de elaborar futuros projetos de intervenção para adequação da acessibilidade nessas praças. De acordo com a Emlurb, Recife possui 250 praças distribuídas por todas as 6 Regiões Político-Administrativas – RPAs. Na impossibilidade de se analisar todas as praças, foi estabelecido fazer essa análise em uma praça de cada RPA. As praças objeto de estudo foram: Praça Chora Menino; Praça Phaelante da Câmara; Praça Souto Filho; Praça Professor Barreto Campelo; Praça Nossa Senhora de Lourdes e a Praça das Casuarinas. A metodologia utilizada foi: Visitar “*in loco*”, fotografar as áreas e seu entorno, aplicar os componentes da acessibilidade espacial do manual “Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos”, e identificar as funções das praças segundo Lúcia Leitão em “As praças que a gente tem, as praças que a gente quer – Manual de procedimentos para intervenção em praças”. Como resultado identificamos que as praças objetos de estudo não estão correspondendo as condições de acessibilidade necessárias para garantir pleno gozo dos seus cidadãos no espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços públicos; Praças públicas; Acessibilidade.



ABSTRACT

This research arose with an interest in producing knowledge about the current situation of Recife squares over the issue of accessibility, in order to prepare future intervention projects aiming to better it in these markets. According to EMLURB, Recife has 250 squares distributed in all six Political Administrative Regions - RPAs. The impossibility of analyzing all the squares lead to establishing to analyze one square in each RPA. The squares objects of study were Chora Menino Square; Phaelante da Câmara Square; Souto Filho Square; Professor Barreto Campelo Square; Nossa Senhora de Lourdes Square and Casuarinas Square. The methodology used was: to visit "*in loco*", to photograph the areas and their surroundings, to apply the components of spatial accessibility from the manual "Promoting accessibility in public buildings", and to identify the functions of the squares according to Lúcia Leitão in "The squares we have, The squares we want - Procedures Manual for Intervention in Squares". As a result, it was found that the squares objects of study are not meeting the conditions of accessibility needed to ensure full enjoyment of its citizens in the public space.

KEYWORDS: Public spaces; Public squares; Accessibility.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de E.L.P, Praça do Marco Zero, Recife.

Figura 2: Cadeirantes no espaço público.

Figura 3: Cadeirante com limitação Físico-Motora.

Figura 4: Deficiente visual, com cão guia.

Figura 5: Habilidade de concentração.

Figura 6: Piso tátil de alerta.

Figura 7: Piso tátil direcional

Figura 8: Símbolos internacionais de acesso – Forma A e Forma B

Figura 9: Símbolo internacional de pessoas com deficiências visual.

Figura 10: Símbolo internacional de pessoas com deficiências auditiva.

Figura 11: Mapa de localização das praças de cada RPA.

Figura 12: Praça Chora Menino.

Figura 13: Planta Baixa Praça Chora Menino.

Figura 14: Piso com revestimento inadequado

Figura 15: Rampa acessível com desnível para a via de carroceria.

Figura 16: Mobiliário (lixeira e banco) impedindo a circulação.

Figura 17: Mobiliário (bancos, postes) no passeio.

Figura 18: Praça do Rosarinho.

Figura 19: Planta Baixa mostrando formato triangular.

Figura 20: Área interna.

Figura 21: Área do playground.

Figura 22: Bancos e Mesas.

Figura 23: Tipo de revestimento.

Figura 24: Tipo de revestimento.

Figura 25: Rampa acessível com dimensão irregular.

Figura 26: Piso tátil aplicado indevidamente.

Figura 27: Parada de ônibus na faixa de passeio.

Figura 28: Ponto de Táxi.

Figura 29: Praça Souto Filho.

Figura 30: Planta Baixa, formato retangular.

Figura 31: Desnível de uma área para a outra.



- Figura 32: Piso não aconselhável.
- Figura 33: Raízes comprometendo a passagem.
- Figura 34: Calçadas quebradas.
- Figura 35: Praça Prof. Barreto Campelo.
- Figura 36: Planta Baixa, forma linear.
- Figura 37: Desnível na parte do parque.
- Figura 38: Acesso apenas através de escada.
- Figura 39: Piso em cimento.
- Figura 40: Piso de revestimento não indicado, e sem manutenção.
- Figura 41: Praça Nossa Senhora de Lourdes.
- Figura 42: Planta Baixa, forma triangular.
- Figura 43: Bancos e Mesas em local impróprio.
- Figura 44: Telefone Público quebrado e em local inadequado.
- Figura 45: Rampa de cadeirante fora dos padrões da norma.
- Figura 46: Piso em condições inadequadas.
- Figura 47: Rampas inclinadas sem corrimão.
- Figura 48: Praça Cidade do Porto.
- Figura 49: Planta Baixa, formato triangular.
- Figura 50: Calçada não atende a faixa mínima.
- Figura 51: Piso em areia comprometendo o acesso de pessoas deficientes.
- Figura 52: Ausência de áreas de descanso.
- Figura 53: Restaurante.
- Figura 54: Padaria Triunfo.
- Figura 55: Banco do Brasil.
- Figura 56: SAMU.
- Figura 57: Entorno e Sistema Viário.
- Figura 58: Igreja da Torre.
- Figura 59: Centro Pastoral.
- Figura 60: Escola Estadual Maciel Pinheiro.
- Figura 61: Residência.
- Figura 62: Suvag de Pernambuco.
- Figura 63: Academia da Cidade.
- Figura 64: Entorno e Fluxo viário.



Figura 65: Parque da Jaqueira.

Figura 66: Quiosques.

Figura 67: Clínica Marcelo Magalhães.

Figura 68: Livraria da Jaqueira.

Figura 69: Vias e ocupação do solo.

Figura 70: Edifícios residenciais.

Figura 71: Restaurante China In Box.

Figura 72: Galeria comercial.

Figura 73: Posto de Combustível.

Figura 74: Ponto de Táxi.

Figura 75: Entorno e fluxo viário da Praça Rosarinho.

Figura 76: Residências.

Figura 77: Residências de até 3 pavimentos.

Figura 78: Centro Espírita.

Figura 79: Sistema viário e entorno.

Figura 80: Residência.

Figura 81: Serviço.

Figura 82: Escritório.

Figura 83: Salão de beleza.

Figura 84: Entorno da Praça das Casuarinas.



LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Comparação físico-espacial Público x Privado

Quadro 2: Aplicação e Instalação de informações e sinalização

Quadro 3: Componentes da acessibilidade.

Quadro 4: Análise da Praça de acordo com os componentes

Quadro 5: Componentes aplicados à Praça Souto Filho.

Quadro 6: Análise dos componentes aplicados à praça.

Quadro 7: Análise de acordo com os componentes espaciais.

Quadro 8: Análise dos componentes.

Quadro 9: Funções das Praças.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Norma Técnica
Condepe/Fidem	Agência De Pesquisa E Planejamento Urbano De Pernambuco
ELP	Espaço Livre Público
Emlurb	Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana
ONU	Organização Das Nações Unidas
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PPD	Pessoas Portadoras de Deficiência
PPP	Parceria Público-Privado
RPA	Região Política-Administrativa
SAI	Símbolo Internacional de Acesso
SUVAG	Sistema Universal Verbotonal de Audição Guberina



DEDICATÓRIA	
EPÍGRAFE	
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADRO	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - REFERÊNCIAL TEÓRICO	16
1.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.....	16
1.2 INCLUSÃO SOCIAL	18
1.3 ACESSIBILIDADE	19
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRAÇAS OBJETO DE ESTUDO	29
2.1 PRAÇA CHORA MENINO	30
2.2 PRAÇA PHAELANTE CÂMARA.....	33
2.3 PRAÇA SOUTO FILHO	36
2.4 PRAÇA PROFESSOR BARRETO CAMPELO	39
2.5 PRAÇA NOSSA SENHORA DE LOURDES	41
2.6 PRAÇA DAS CASUARINAS.....	44
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO ENTORNO E FUNÇÃO DAS PRAÇAS.....	47
3.1 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA CHORA MENINO	48
3.2 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA PHAELANTE CÂMARA	49
3.3 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA SOUTO FILHO	51
3.4 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA PROFESSOR BARRETO CAMPELO	53
3.5 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA DE LOURDES	55
3.6 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA DAS CASUARINAS	56
CONSIDERAÇÕES.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	63



INTRODUÇÃO

Estudar a acessibilidade no Espaço Livre Público – ELP contribui para verificar como se encontra a produção e situação desse espaço em face as exigências de um mundo diversificado e que todos têm o direito de ir e vir sem restrições.

As praças enquanto ELP, atendem a pré-requisitos necessários para que esses espaços funcionem como agregadores de pessoas, oferecendo condições de circulação sem limitações e obstáculos.

Segundo Robba e Macedo (2002, p.17), são “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Dessa forma, as praças criam condições para que se realizem e possibilitem as relações sociais em sua essência.

Ao considerar as praças como equipamentos que constituem o cenário urbano, característico nas cidades de pequeno, médio e grande portes, essa área se torna essencial para moradores. Esses espaços fortalecem a ideia de que o urbano se constrói pela coletividade em meio ao confronto das diferenças.

Em decorrência ao crescimento rápido e à falta de políticas eficazes para o desenvolvimento das cidades, problemas são evidentes e caracterizam as áreas urbanas. O alto índice de concentração da população; a falta de áreas livres, espaços de lazer, a poluição e falta de segurança são resultado dos planejamentos ineficazes. Conseqüentemente, resultam na queda de qualidade de vida dos habitantes.

Ferreira e Sanches (2005) afirmam que os espaços públicos urbanos garantem um ambiente adequado que atende às necessidades dos usuários no que diz respeito à qualidade relacionada aos aspectos de segurança, conforto e autonomia, independentemente das suas limitações físicas, sejam elas permanentes ou temporárias.

As praças como ELP são de importância fundamental para malha urbana e para população, pois proporcionam um ambiente próximo da natureza e de lazer. Faz parte da organização do espaço urbano de todas as cidades, e dispõe de vários usos e funções, possuindo uma representatividade social.



Consta na legislação brasileira a obrigatoriedade de adequação nos locais públicos às pessoas portadoras de qualquer tipo de necessidade especial. Será que as praças da cidade do Recife estão adequadas a fim de garantir o direito a todos?

A partir dessa problemática surgiu o interesse de iniciar essa pesquisa na busca de produzir um conhecimento sobre a situação atual das praças, proporcionando uma contribuição relevante para que se possa subsidiar políticas públicas como também a realização de futuras propostas de adequação.

A questão da acessibilidade nos dias atuais vem sendo trabalhada como um importante elemento para o desenvolvimento do urbano. Portanto, se justifica avaliar a situação das praças em função de uma busca pelo exercício de cidadania.

Com o objetivo de fazer um levantamento de seis praças do Recife para identificação das barreiras espaciais que dificultam ou impedem o seu uso por pessoas com deficiência para apoiar possíveis projetos de intervenção para adequação da acessibilidade nessas praças. E assim, relatar os obstáculos existentes nas praças que impeçam o deslocamento e autonomia do usuário deficiente temporariamente ou permanente. Verificar se a estrutura das praças atende aos componentes da acessibilidade espacial: orientação; comunicação; deslocamento; uso; de acordo com os parâmetros da NBR 9050. E identificar a função das praças a partir do estudo de seu entorno.

Na cidade do Recife, onde a pesquisa foi realizada, as praças são de responsabilidade da prefeitura, por meio da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – Emlurb, podendo também ser adotadas através do programa “Adote Um Verde”, estabelecendo uma parceria público-privado - PPP para que se alcance o objetivo de recuperar e manter as áreas verdes no Recife.

De acordo com os dados retirados do site da Emlurb (2014), o Recife tem 250 praças, distribuídas por todas as Regiões Político Administrativas – RPAs, também chamadas de Distritos, que dividem-se em seis (RPA 1, RPA 2, RPA 3, RPA 4, RPA 5, RPA 6).

A partir das informações da Emlurb, sobre a quantidade de praças foi necessário criar critérios para escolha das praças que fariam parte da pesquisa, pelo fato da impossibilidade de analisar um número tão alto de praças em um curto espaço de tempo. Desta maneira foi utilizado os seguintes critérios: Uma praça de cada RPA, o



que significa um total de 06 praças, praças construídas durante o período entre os anos de 1950 até o ano 2000, final do século XX, onde começa a debater as normas de acessibilidade.

Estabelecido os critérios foram escolhidas as seguintes praças: RPA 1 – Praça Chora Menino; RPA 2 – Praça Phaelante da Câmara (“Praça do Rosarinho”); RPA 3 – Praça Souto Filho; RPA 4 – Praça Professor Barreto Campelo; RPA 5 – Praça Nº Senhora de Lourdes; e a RPA 6 – Praça das Casuarinas.

A metodologia utilizada iniciou com uma revisão da literatura sobre o tema permitindo um melhor embasamento aos conceitos sobre Espaços Livres Públicos; Praças; Acessibilidade; Inclusão Social; as Leis e Normas pertinentes para o tema da pesquisa, por meio de teses, dissertações, monografias, livros e artigos. Concomitantemente foram realizadas pesquisas em órgãos públicos (Condepe/Fidem; Emlurb; entre outros). Visitas “*in loco*” nas 06 praças, para registros fotográficos com o intuito de avaliar a real situação das praças a partir dos componentes da acessibilidade espacial, encontrados no manual “Promovendo acessibilidade em edifícios públicos”, e a função real das praças que segundo Lucia Leitão, depende do meio em que a praça está inserida.

O trabalho consta de 3 capítulos. O primeiro apresenta o embasamento teórico, onde aborda conceitos que embasaram a análise das praças objetos de estudo. No segundo foi levantado o contexto das praças estudadas, e acessibilidade baseado nos componentes da acessibilidade espacial. No terceiro foi realizado o estudo do entorno onde verifica-se de a função das praças, a partir das definições de Lúcia Leitão. Em seguida, as considerações baseadas nas avaliações.



CAPÍTULO 1 - REFERÊNCIAL TEÓRICO

Este capítulo possibilita fundamentar, dar consistência ao estudo. Tem a função de nortear a pesquisa, apresentando um embasamento da literatura já publicada sobre o tema.

1.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

O ELP é o lugar de convívio e de sociabilidade entre diversos extratos sociais, ou seja, o espaço de civilidade, de contato e de desenvolvimento das práticas de convivência com o diferente.

No contexto histórico, a urbanização acarretou a necessidade por espaços livres públicos. Espaços estes que eram, e continuam sendo construídos ao ar livre, de uso predominantemente de pedestres, pensado para o uso do lazer, esporte, de passeio, troca de ideias, movimentos culturais, entre outros (Figura 1).



FIGURA 1: Exemplo de E.L.P, Praça do Marco Zero, Recife.

FONTE: Acervo de Paulo Paiva, 2003.

Para Macedo (1995) e Barcellos (1999), espaços livres são todos aqueles que não foram construídos e inseridos entre paredes e tetos destinados a moradia e ao trabalho. Ao contrário dos espaços fechados que são construídos entre paredes e tetos de edificações. Ainda classificam espaços livres de uso público, e espaços livres de uso privado (Quadro 1).



Espaços livres Urbanos		Espaços livres de Urbanização	
Privados: Jardins residenciais ou comerciais, pátios, quintais, etc.	Públicos: Parques, praças, ruas, largos, becos, etc.	Privados: As diferentes modalidades de propriedade rural particular.	Públicos: Terras do poder público em geral, faixas de domínio de estradas, terras devolutas, áreas de marina, parques nacionais, etc.

QUADRO 1: Comparação físico-espacial Público x Privado.

FONTE: Barcellos, 1999.

Assim, os espaços livres de edificações como as ruas, praças, parques, largos e pátios, são considerados espaços livres públicos. Esses espaços têm papel fundamental na qualidade urbana, já que ele unifica, ordena e modela a cidade, podendo contribuir para um ambiente mais confortável e gerar espaços de socialização que podem ser aproveitados por todos os habitantes da cidade, gerando maior qualidade de vida aos residentes e usuários.

Na Figura 2, observa-se a importância de implementar as normas de acessibilidade para que os portadores de necessidades especiais - PNE possam ter o mesmo direito de usufruir desses espaços.



FIGURA 2: Cadeirantes no espaço público.

FONTE: Acervo de Bruna Carvalho, 2013.

As praças, objeto de estudo dessa pesquisa, são ELP, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de



amenização pública, com área equivalente à quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

De acordo com Lamas (1993), Praça é um lugar de encontro, de permanência, de acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações e atividades recreativas. Como local público, ela deve estar apta a todos, como fala Robba e Macedo (2002, p.17) as praças são “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

Portanto, a partir do entendimento sobre o conceito dos espaços livres públicos – praça, colocado por meio dos autores mencionados, pode-se concluir sobre a importância de se avaliar as condições que se apresentam as nossas praças verificando se as mesmas atendem a sua função de espaço público.

1.2 INCLUSÃO SOCIAL

O lazer é uma necessidade indispensável ao ser humano. A ONU legitima-o como um direito garantido por lei. Ao pensarmos nos espaços livres públicos principalmente na forma de praças constituem em uma excelente alternativa para a vivência do lazer. No entanto muitas vezes as mesmas não são adequadas para que sejam utilizadas por todos. Sem considerar o importante conceito de “Inclusão Social”, ponto fundamental para que o direito do cidadão seja cumprido.

A inclusão social se legitima a partir das necessidades de que todos, sem distinção, devem ser incluídos, não importando, qualquer que seja a etnia, a classe social ou deficiência física.

De acordo com o blog “Deficiente Ciente”¹, a inclusão social “envolve acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, à educação, à saúde, ao trabalho, à tecnologia”. Dessa forma, as ações que visam à inclusão social têm o propósito de inserir ou introduzir pessoas com deficiência nos diversos ambientes e cenários sociais, como educação, trabalho, política e lazer, minimizando as diferenças entre deficientes e não deficientes, fazendo-se cumprir a Constituição Federal de 1989 que declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos

¹ Blog voltado para pessoas com deficiências, criado e administrado por Vera Garcia. (Deficiente Ciente – o blog da inclusão e cidadania www.deficienteciente.com.br)



brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Não havia, até antes de 1988, nas Constituições brasileiras, previsão expressa quanto a normas para incluir socialmente o portador de deficiência. Efetivamente, foi a Constituição de 1988 que veio romper com aquele modelo até então utilizado, quando instituiu regras que objetivavam incluir socialmente o portador de deficiência, assegurando-lhes toda a proteção contra a discriminação. A Constituição Federal atual, considerando a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, dedicou ao tema vários dispositivos, trazendo uma quantidade significativa de normas protecionistas e garantias de integração social das pessoas portadoras de deficiência. (MARANHÃO, 2012)

Partindo do pressuposto de que toda e qualquer pessoa que seja portadora de alguma deficiência têm direito à todos os recursos dispostos pela sociedade a seus cidadãos, Aranha (2001) defende que a inclusão social parte de:

[...] um processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades, e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado. (ARANHA, 2001, p. 19)

Observamos que, apesar da Constituição Federal do Brasil, afirmar ser o lazer e o desporto direitos sociais de todo o cidadão (BRASIL, 1988) a utilização desse direito, especialmente dos PNEs ainda está aquém a necessidade destes usuários. Portanto, as leis sobre o direito ao lazer podem existir. No entanto a aplicação vai depender de como está sendo pensado a inclusão social dos cidadãos para que possam usufruir desse direito.

1.3 ACESSIBILIDADE

Ao refletir sobre os espaços livres públicos – praças, da inclusão social, e sobre o direito do cidadão ao lazer, não podemos deixar de pensar nas normas com relação a acessibilidade, de como contribuir para que se possa alcançar qualidade de vida



nesses espaços, e consolidar o direito do habitante. De tal forma se fez necessário entender e verificar a utilização da mesma.

Em diversas áreas do conhecimento se discute o conceito de acessibilidade. Desta maneira, permite a elaboração de normas e legislação para que se possa legalizar e garantir o direito de ir e vir do cidadão.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT acessibilidade é a possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos e elementos urbanos (NBR 9050, 2004).

As normas foram estabelecidas para assegurar a integração social por meio do exercício dos direitos individuais e sociais, embasados no respeito à dignidade e na justiça social, além do amparo à infância e a maternidade. Assim, a lei contempla basicamente todas as áreas indispensáveis a inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais.

A inclusão social torna-se possível graças as medidas que contribuem para tornar os ambientes adequados a todos. Seja através da criação de leis ou por meio da acessibilidade dos espaços.

Acessibilidade são as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade. (GONZALEZ e MATTOS, s.d.)

A essência da acessibilidade está no fato de que ela surge como meio de proporcionar qualidade de vida, segurança e dignidade às pessoas deficientes. E deve ser aplicada em todas as áreas, públicas ou privadas.

Para Campo e Lima (2010):

A principal barreira que os portadores de necessidades especiais enfrentam hoje é a arquitetônica, ou seja, barreiras ambientais físicas, nas escolas, nas empresas, nos edifícios públicos e outros. As principais diretrizes de adequação de edificações é obtida através de norma técnica da



ABNT - NBR 9050/2004 que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

De acordo com o manual “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos”², onde diretrizes são expostas para que possibilitem o uso do espaço por pessoas portadoras de deficiência - PPD, existem três grupos que classificam essas deficiências: Físico-Motora (Figura 3) – aquela que limita a capacidade de motricidade do indivíduo; Sensoriais (Figura 4) – aquela que gera uma perda de percepção ao indivíduo; e por fim, a Cognitiva (Figura 5) – aquela que acarreta uma certa dificuldade de compreensão, comprometendo as habilidades de concentração; memória e raciocínio.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram considerados os três grupos de PPD na avaliação das praças pesquisadas. Para realizar as modificações necessárias que garantam a acessibilidade, é preciso compreender as necessidades dos diversos grupos citados para garantir a realização de atividades. Além disso, identificar essas barreiras para que o desenvolvimento dessas tarefas não seja difícil ou impossível de acordo com os espaços e equipamentos existentes.

Ainda como orientação para avaliar os espaços, o manual classifica “Componentes da acessibilidade espacial” em 4 categorias: orientação; comunicação; deslocamento e uso (anexo1); que visam assegurar em sua totalidade a autonomia independente dos usuários, que devem ser cumpridos, pois basta o não-cumprimento de um deles, para que os demais sejam comprometidos.

A partir dos componentes da acessibilidade espacial se obteve mais um item de análise espacial das praças estudadas a ser aplicados.

² O manual, de autoria da Promotora de Justiça Sonia Maria Demeda Groisman Piardi e das Professoras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Marta Dischinger e Vera Helena Moro Bins Ely, apresenta os conceitos relativos ao tema e propõe, de forma prática, a adoção de tabelas específicas para avaliação da acessibilidade em prédios de uso público.



FIGURA 316: Cadeirante com limitação Físico-Motora.

FONTE: Blog do SISPLU, 2013.



FIGURA 4: Deficiente visual, com cão guia.

FONTE: Acervo de Clóvis Ferreira, 2012.



FIGURA 5: Habilidade de concentração.

FONTE: Acervo de Maria Castro, 2013.

1.4 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 9050

Desde a década de 80 a questão de acessibilidade no Brasil passou a ser discutida, tendo como objetivo a conscientização dos profissionais da área da construção sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas. De acordo com Cambiaghi (2007) a partir de 1981, ano internacional de atenção à pessoa com deficiência, algumas leis foram criadas com o intuito de garantir acesso e utilização dos espaços construídos.

A primeira norma técnica relativa a acessibilidade, Norma Brasileira 9050 – NBR9050, surgiu no ano 1985, quando foi publicada pela primeira vez. Intitulada como "Adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente", a NBR9050,



elaborada pela Associação de Normas Técnicas Brasileiras, ABNT, trazia referenciais técnicos na área da acessibilidade. A norma tinha como objetivo:

Fixar as condições as exigíveis, bem como os padrões e as medidas que visam propiciar às pessoas deficientes melhores e mais adequadas condições de acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas urbanas (Catálogo ABNT, 1985).

Somente no ano de 1994 que entrou em vigor a nova NBR9050 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos - Agora revisada, trazendo novos referenciais e nova abordagem sobre o tema.

Esta Norma fixa os padrões e critérios que visam a propiciar às pessoas portadoras de deficiências condições de adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbanos (Catálogo ABNT, 1994)

A NBR 9050 em 2004, sofreu outra revisão, assumindo importante papel de complementação e aperfeiçoamento as leis. Bastante utilizada pelos profissionais ligados à área de construção, a nova NBR9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – como objetivo:

Estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projetos, construções, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. (Catálogo ABNT, 2004).

A atual edição da NBR9050, 2015, automaticamente cancela e substitui edição anterior a ela. Com a evolução das leis, estabelece novos critérios e parâmetros pertinentes à área de projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural e edificações quanto à acessibilidade.

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas,



independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. (Catálogo ABNT, 2015).

As normas foram evoluindo a partir dos debates e conscientização da necessidade da inclusão social, do direito de ir e vir do cidadão, afim de amenizar as barreiras encontradas no cotidiano pelos portadores de necessidades especiais.

De acordo com a NBR, acessibilidade é a condição e possibilidade para utilização, com autonomia e segurança, das pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida, dos espaços, equipamentos urbanos, mobiliários, bem como outros.

A norma estabelece condições de informações e sinalizações que garante ao usuário uma adequada orientação. As informações devem ser objetivas, claras e precisas. Através de no mínimo duas sinalizações (visuais, táteis e sonoras), conforme Quadro 2, autoexplicativa, perceptível e legível a todos.

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	Direcional/ informativa			
		Emergência			
	Temporária	Direcional/ informativa			
		Emergência			
Mobiliários	Permanente	Informativa			
	Temporária	Informativa			
NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.					

QUADRO 2: Aplicação e Instalação de informações e sinalização.

FONTE: NBR 9050, 2015.

A sinalização visual, compõe de mensagens de textos, contrastes, símbolos e figuras. Sonora, por conjunto de sons que concede a compreensão através da



audição. E a tátil, composta por informações em relevo, como textos, símbolos e o Braille.

Essas sinalizações se classificam como: Sinalização de localização, através de sinais visuais, sonoros ou vibratórios, orienta para localização de um certo elemento em um espaço; Sinalização de advertência, que também através dos sinais já vistos, têm a propriedade de alerta prévio a uma certa instrução; e a Sinalização de instrução, devem instruir uma ação de forma positiva e afirmativa, caso estejam dispostas em rotas de fuga, devem ser de forma contínua.

As categorias da sinalização podem ser informativas, direcionais e emergenciais. A primeira identifica os diferentes ambientes ou elementos de um espaço ou edificação. A segunda indica a direção de um percurso, podendo ser apresentada na forma visual, utilizando setas indicativas de direção, figuras ou símbolos, na forma tátil, utilizando piso tátil de alerta ou direcional (Figuras 6 e 7), e na forma sonora, utilizando recursos auditivos para explicar direcionamentos.

Os pisos que atendam características quanto ao revestimento, inclinação e desnível. O revestimento deve ter superfície regular, estável e firme, devendo evitar trepidações por causa dos equipamentos que dispõe de rodas e antiderrapantes, sob quaisquer condições climáticas.

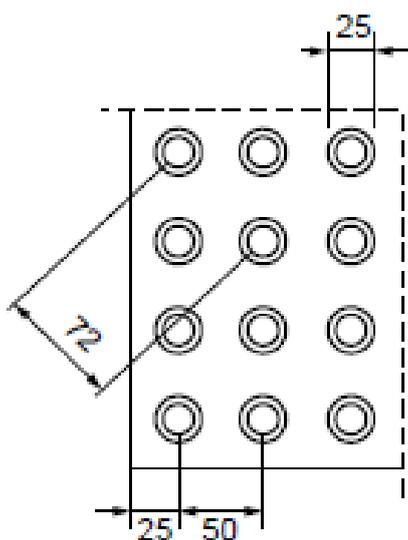


FIGURA 17: Piso tátil de alerta.

FONTE: Catálogo ABNT NBR 9050, 2015.

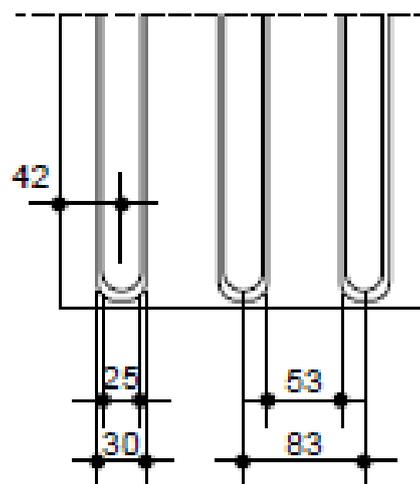


FIGURA 7: Piso tátil direcional.

FONTE: Catálogo ABNT NBR 9050, 2015.



Quanto à disposição das sinalizações, devem ser localizadas de maneira que identifique-se claramente as utilidades dos ambientes podendo ser permanente ou temporária.

Classifica-se como sinais de localização, de advertência, e de instrução. Fixadas em uma sequência lógica de orientação (do ponto de partida ao ponto de chegada), e sempre que houver uma possibilidade de alteração de direção, serem repetidas.

A simbologia, representações gráficas através de uma figura ou forma, expressa alguma mensagem legível e de fácil compreensão, o principal símbolo da acessibilidade é o símbolo internacional de acesso – SAI, conforme Figura 8, este símbolo é destinado para sinalizar locais acessíveis, não devendo sofrer nenhum tipo de modificação ou estilização.



FIGURA 8: Símbolos internacionais de acesso – Forma A e Forma B.

FONTE: NBR 9050, 2015, adaptado.

A finalidade do símbolo é de indicar onde existem elementos acessíveis e utilizáveis por pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida, devem estar em local visível ao público, e quando acessíveis, em entradas, áreas e vagas de estacionamento equipamentos e mobiliários para uso de pessoas deficientes. Caso os acessos não apresentem condições de acessibilidade, coloca-se informação visual, indicando o a localização do acesso mais próximo que atenda às necessidades.

Os símbolos para pessoas com deficiência visual, e para pessoas com deficiência auditiva seguem o mesmo padrão do SAI, porém com o desenho apropriado para cada deficiência, conforme mostra as Figuras 9 e 10, e sempre



indicando existência de equipamentos preferencialmente de uso para portadores de deficiência visual, ou auditiva.



a) Branco sobre fundo azul b) Branco sobre fundo preto c) Preto sobre fundo branco

FIGURA 9: Símbolo internacional de pessoas com deficiências visual.

FONTE: NBR 9050, 2015.



a) Branco sobre fundo azul b) Branco sobre fundo preto c) Preto sobre fundo branco

FIGURA 10: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.

FONTE: NBR 9050, 2015, adaptado.

Ainda de acordo com a NBR 9050, o item 10 – Equipamentos urbanos, orienta que esses espaços devem obedecer aos sete princípios do Desenho Universal, que tem como objetivo alcançar o maior grau possível de utilização em ambientes e produtos por todas as pessoas sem distinção, de maneira autônoma, segura e confortável. Os sete princípios são:

- **USO EQUITATIVO** – O espaço e equipamento deve atender à pessoas com habilidades distintas, sem qualquer tipo de segregação;
- **FLEXIBILIDADE NO USO** – Deve possibilitar ao usuário a escolha de acordo com sua necessidade, preferências e habilidades;
- **USO SIMPLES E INTUITIVO** – Ser de fácil compreensão, para que independente do grau de conhecimento, habilidade ou experiência do usuário ele possa usufruir de qualquer maneira;



- **INFORMAÇÃO DE FÁCIL PERCEPÇÃO** – O desenho facilita a compreensão de informação necessária ao usuário, seja em ambientes diversos, ou de habilidades variadas;
- **TOLERÂNCIA AO ERRO** – Busca a minimizar consequências arriscadas, acidentais ou até não intencionais;
- **BAIXO ESFORÇO FÍSICO** – A eficiência e conforto do usuário ao utilizar o espaço ou equipamento, que não requer grandes esforços;
- **DIMENSÃO E ESPAÇO PARA APROXIMAÇÃO E USO** – Independentemente do tamanho corporal do usuário, de sua postura ou mobilidade, os equipamentos e espaços devem conter o dimensionamento apropriado para acesso, manipulação e seu uso.

Esses princípios são fundamentais para que se projete qualquer que seja o espaço ou equipamento acessível, flexível a qualquer situação ou usuário. A praça como local público, deve atender a esses princípios.

E mais especificadamente no item 10.13 – Parques, praças e locais turísticos, orienta-se que os locais que possuem pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados devem conter rotas acessíveis, circulação vertical ou horizontal, no caso de praças a circulação vertical, que deve ser através de escadas, rampas e equipamentos eletromecânicos, e se considera acessível quando se atende a no mínimo duas formas de circulação vertical.



CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRAÇAS OBJETO DE ESTUDO

A área estudada utilizou como critério de escolha uma praça de cada RPA (Figura 11), são elas: RPA 1 – Praça Chora Menino; RPA 2 – Praça Phaelante da Câmara; RPA 3 – Praça Souto Filho; RPA 4 – Professor Barreto Campelo; RPA 5 – Praça N^a Senhora de Lourdes; e RPA 6 – Praça das Casuarinas. Além do critério de área que varia de 2.000 a 9.000 metros quadrados (m²), as abordadas têm seus projetos identificados do final do século XX.

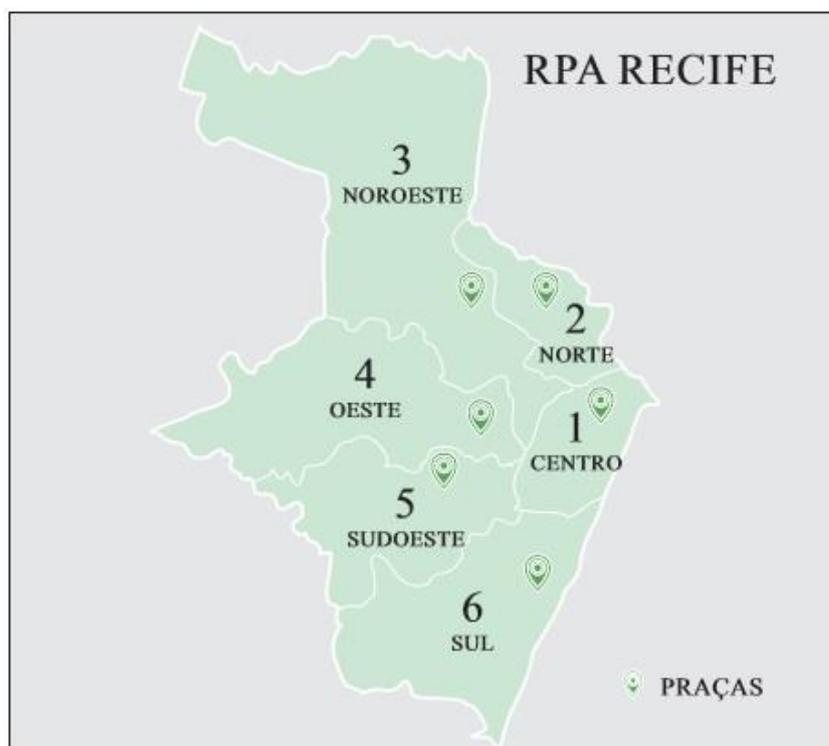


FIGURA 11: Mapa de localização das praças de cada RPA.

FONTE: Autora, 2015.

A utilidade dessas áreas segundo Lúcia Leitão (2002), é baseada no entorno, características socioeconômicas da população, clima, e sua importância simbólica, esses fatores definem a função e indicam como as pessoas se apropriam desses lugares.

Os dados quanto a população de pessoas com deficiência provenientes do CENSO 2010 tornam ainda mais necessário que esses locais sejam revisitados. Para se ter uma ideia, 23,9% da população brasileira é deficiente com pelo menos uma das deficiências – visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Dentre elas o maior índice



é o da deficiência visual, apesar de sempre que se fala em acessibilidade, automaticamente nos vem à mente a acessibilidade motora, da cadeira de rodas.

Para a análise das praças foi utilizado como referência os componentes da acessibilidade espacial que faz parte do manual “Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos”, elaborado pelo Ministério Público de Santa Catarina. O mesmo faz uma síntese de todas as normas e legislações pertinentes à acessibilidade.

O método utilizado para realização das análises em todas as praças se deu através de um quadro com os quatro componentes – orientação, comunicação, deslocamento e uso, resultando na avaliação individual das condições acessíveis, da disposição de mobiliários, acessos através de rampas, declividades, e rotas internas de cada uma das seis praças, já que elas têm suas particularidades.

2.1 PRAÇA CHORA MENINO

A Praça Chora Menino (Figura 12), antigo descampado do Sítio Mondego, dispõe de 2.674,39 m², encontra-se localizada na RPA 1, no bairro da Boa Vista. A praça é margeada pela Avenida Manoel Borba, a Rua Dom Bosco, Dona Benvinda e a Av. Lins Petit. Configura um formato triangular (Figura 13), indicando sua função de organização e deixando claro a sua conformidade perante o sistema viário. Projetada em 1994, pela arquiteta Brena L. de A. Remígio, já houve intervenções no projeto original. Sua manutenção é de responsabilidade da Emlurb.

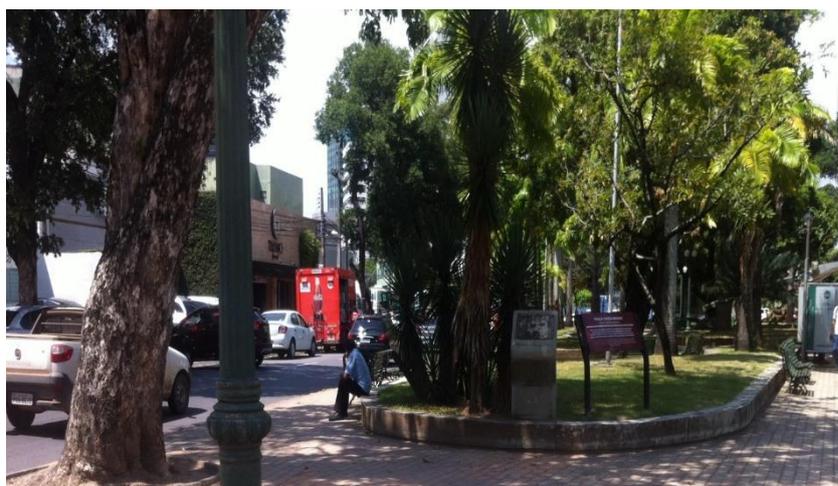


FIGURA 12: Praça Chora Menino.

FONTE: Autora, 2015.

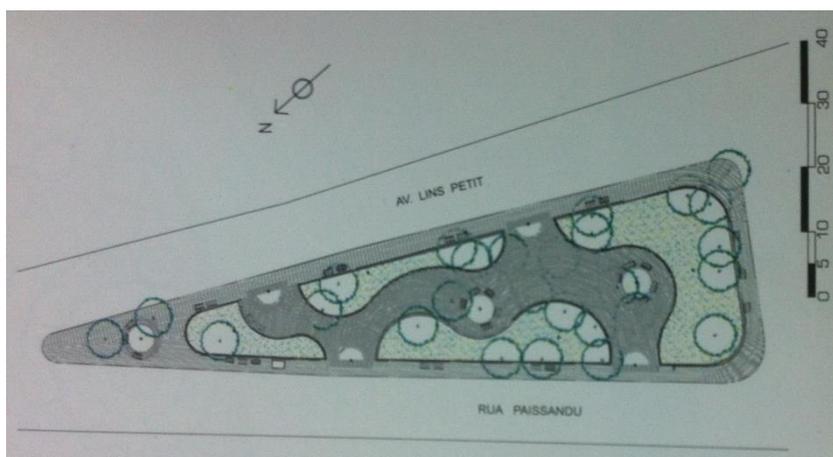


FIGURA 13: Planta Baixa da praça Chora Menino.
FONTE: Espaços Livres do Recife, 2000.

De acordo com os componentes da acessibilidade, identifica-se, conforme mostra o Quadro 3, que já houve uma tentativa quanto a essa questão na praça, a princípio, apenas com a colocação da rampa acessível, porém, falta compreender que acessibilidade não é algo pontual, e sim uma sequência de fatores e ações que interligados proporcionam condições de acesso e alcance a qualquer usuário.

Apesar de já ter sofrido intervenção, identificamos que os mobiliários como, telefones públicos, postes de iluminação, e bancos, não obedecem plenamente aos critérios estabelecidos pela NBR 9050, e quanto aos pisos e revestimentos utilizados, também não se adequam ao que se estabelece na norma, que compromete o conforto e segurança de todas as pessoas que à utilizam.

PRAÇA CHORA MENINO	
Componentes	Estado atual
Orientabilidade	Falta de placas informativas dificultando a orientação do usuário.
Comunicação	Telefone público inutilizado.
Deslocamento	Existem rampas de acesso onde cadeirantes podem ter acesso à praça, mas barreiras físicas impedem a locomoção. A calçada não obedece a largura mínima de passeio (1,20m). Além da falta de piso tátil em toda a praça, havendo apenas piso tátil de alerta nas rampas de cadeirantes.
Uso	Mobiliários com necessidade de manutenção e não condizentes com as normas de recuos para cadeirantes. Telefone público em igual discordância com as normas, não atendendo às necessidade de cadeirantes e pessoas de baixa estatura.

QUADRO 3: Componentes da acessibilidade da praça Chora Menino.
FONTE: Autora, 2015.



A praça não tem desnível, porém o piso em partes específicas utiliza de materiais de revestimentos que não são apropriados (Figura 14), o piso tátil foi encontrado apenas na rampa de acesso (Figura 15), e não por todo passeio como deveria. Além disso, barreiras como os próprios mobiliários, bancos, lixeiras, parada de ônibus, postes e telefone público, encontram-se em posição inadequada (Figuras 16 e 17).



FIGURA 14: Piso com revestimento inadequado.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 15: Rampa acessível com desnível para a via de carroceria.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 16: Mobiliário (lixeira e banco) impedindo a circulação.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 17: Mobiliário (bancos e postes) no passeio.
FONTE: Autora, 2015.

Conforme mostramos nas imagens registradas, verifica-se um grau de dificuldade para aqueles que tem algum tipo de mobilidade reduzida na utilização da praça, onde não se alcança o princípio do desenho universal de garantir autonomia mínima aos usuários com barreiras físicas-espaciais. Podendo isso, acarretar no esvaziamento do espaço já que ele não atende a todos os cidadãos.



2.2 PRAÇA PHAELANTE CÂMARA

Mais conhecida como “Praça do Rosarinho” (Figura 18), projetada no ano de 1979, pela arquiteta Maria Inês de Oliveira Mendonça, localiza-se no Bairro do Rosarinho, encontra-se na RPA 2, entre a Av. Norte Miguel Arraes e Av. Santos Dumont, com área de 2.498,56 m², de formato triangular (Figura 19). A praça já passou por duas intervenções desde a sua construção, a primeira alteração foi a implantação do lago, e a segunda a colocação de gradil. Sua manutenção é feita através de participação comunitária, que a transforma em um espaço cultural.



FIGURA 18: Praça do Rosarinho.
FONTE: Autora, 2015.

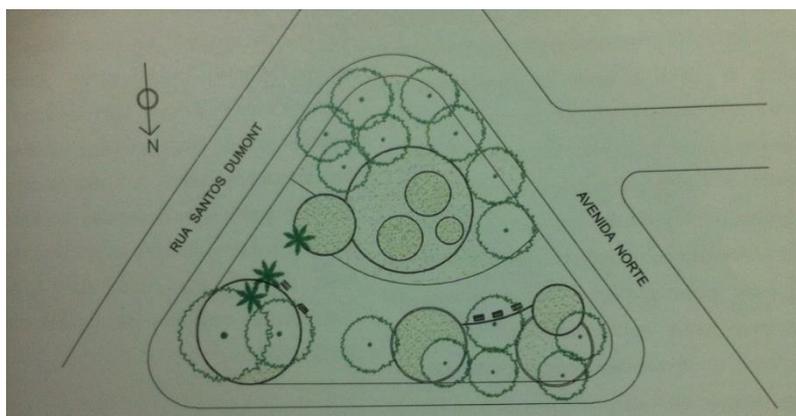


FIGURA 19: Planta Baixa mostrando formato triangular.
FONTE: Espaços Livres do Recife, 2000.



Em concordância com o manual de acessibilidade, e os seus componentes, o Quadro 4 mostra como a Praça do Rosarinho se encontra diante dos parâmetros estabelecidos no manual.

PRAÇA PHAELANTE CÂMARA	
Componentes	Estado Atual
Orientabilidade	Falta de placas de informação.
Comunicação	Não há.
Deslocamento	Elementos barreira encontrados por toda a calçada, com a presença de banca de bixo, entulhos e parada de ônibus. Rampas de acesso de cadeirantes com inclinações e tamanhos irregulares. Falta de piso tátil, com aplicações inadequadas e revestimentos irregulares com materiais inadequados, além da presença de raízes de árvores.
Uso	Brinquedos não acessíveis; Bancos, mesas e lixeiras não adequados.

QUADRO 4: Análise da Praça de acordo com os componentes.

FONTE: Autora, 2015.

O espaço dispõe de duas áreas internas, a de descanso, que dispõe de bancos (Figura 20), e uma área de playground para crianças (Figura 21), essas áreas são de areia, que dificultam a locomoção. A parte externa, compõe de mesas com bancos (Figura 22), não acessíveis, calçada com dois tipos revestimento (Figura 23 e 24), rampas de acesso de cadeirante irregular (Figura 25), piso tátil existente apenas nas rampas, indicando o alerta para o desnível (Figura 26).

Equipamentos que não obedecem ao tamanho mínimo estabelecido na norma, como a área de passeio, que deve ser de no mínimo 1,20m, para que um cadeirante e uma pessoa tenha livre circulação, que nesse caso, tem como barreira a parada de ônibus (Figura 27), e o ponto de táxi (Figura 28) existente na praça.

Ao analisarmos o estado de como se encontra as condições de acessibilidade da praça do Rosarinho, através das visitas exploratórias e por meio do elemento de análise dos componentes da acessibilidade, notamos que o local requer manutenção, ou até mesmo passar por intervenções em que atenda as necessidades de maneira a atender o direito de inclusão de todos os cidadãos.



FIGURA 20: Área interna.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 21: Área do playground.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 22: Bancos e Mesas.
FONTE: Acervo da autora, 2015.



FIGURA 23: Tipo de revestimento.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 24: Tipo de revestimento.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 25: Rampa de acesso irregular.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 26: Piso tátil aplicado indevidamente.
FONTE: Autora, 2015.

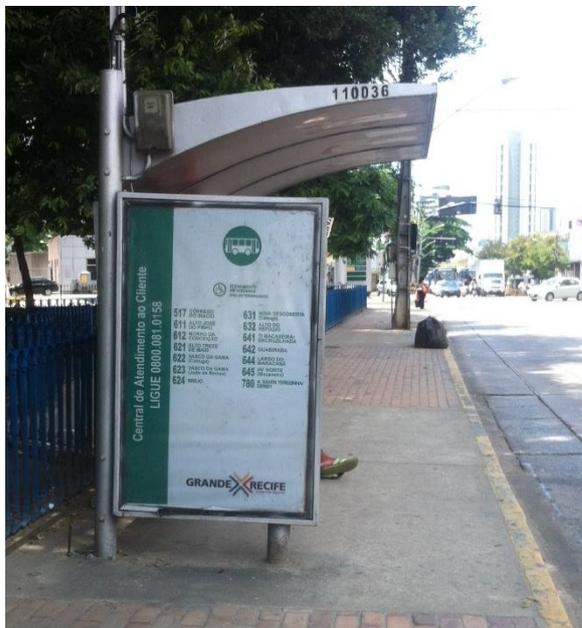


FIGURA 27: Parada de ônibus na faixa de passeio.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 28: Ponto de Táxi.
FONTE: Autora, 2015.

2.3 PRAÇA SOUTO FILHO

Localizada no bairro da Jaqueira, a Praça Souto Filho (Figura 29), popularmente conhecida como “Praça dos cachorros”, encontra-se na RPA 3, entre a Avenida Rosa e Silva e a Rua do Futuro, ocupando uma área de 5.339,75 m², é considerada o portal de entrada do Parque da Jaqueira por sua proximidade. O projeto é da arquiteta Brena Lúcia de Aguiar Remígio, do ano de 1999. Seu formato é retangular (Figura 30). E sua manutenção é de responsabilidade da Emlurb.



FIGURA 29: Praça Souto Filho.

FONTE: Autora, 2015.

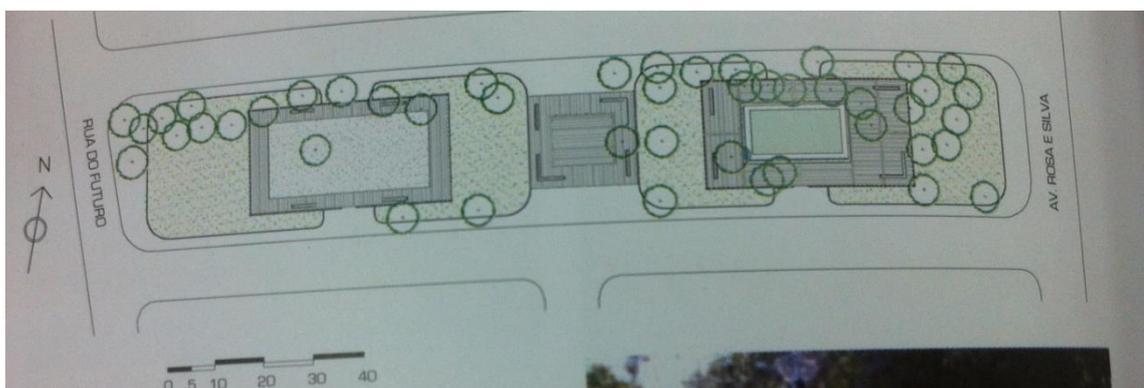


FIGURA 30: Planta Baixa, formato retangular.

FONTE: Espaços Livres do Recife, 2000.

A praça de acordo com os componentes não está adequada quanto acessibilidade, como pode-se observar no Quadro 5. Ela carece de melhorias quanto à questão da acessibilidade para que seja um local público.

Identifica-se a falta de conservação perante as calçadas, mobiliários, pisos e árvores. A praça divide-se em 4 partes e todas elas são em níveis diferentes (Figura 31), sem rampas, impedindo o deslocamento seguro ao cadeirante, além de ser revestida em material inapropriado (Figura 31 e 32). As raízes das árvores não só agem como barreira (Figura 33), como aceleram a deterioração do piso (Figura 34).



PRAÇA SOUTO FILHO	
Componentes	Estado Atual
Orientabilidade	Falta de informativas.
Comunicação	Não há.
Deslocamento	identificando barreiras como raízes de árvores impedindo o passeio. Materiais utilizados inadequadamente no piso, como paralelepípedos e areia, não indicados para local acessível por sua incomformidade. Presença de desníveis entre um espaço, que não cumprem o que diz a norma.
Uso	Bancos em local inapropriado precisando de manutenção.

QUADRO 5: Componentes aplicados à Praça Souto Filho.

FONTE: Elaborado pela autora, 2015.



FIGURA 31: Desnível de uma área para a outra.

FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 32: Piso não aconselhável.

FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 33: Raízes comprometendo a passagem.

FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 34: Calçadas quebradas.

FONTE: Autora, 2015.

Diante da análise realizada na praça Souto Filho, tivemos o diagnóstico de que ela não atinge as condições básicas para que a torne acessível. O problema mais grave foi o estado de preservação e conservação do piso, que coloca a integridade física de qualquer cidadão em risco.



2.4 PRAÇA PROFESSOR BARRETO CAMPELO

Popularmente conhecida como “Praça da Torre” (Figura 35), localizada no antigo Engenho, no bairro da Torre, RPA 4, próximo a Igreja Nossa Senhora do Rosário. A praça ocupa uma área de 6.778,48 m², no entroncamento da Rua Conde de Irajá, com a Marquês de Maricá, dividida em duas partes, de formato linear (Figura 36).



FIGURA 35: Praça Prof. Barreto Campelo.

FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 36: Planta Baixa, forma linear.

FONTE: Espaços Livres do Recife, 2000.



Não há identificação de autor e ano do projeto. Sua manutenção é de responsabilidade da Emlurb.

A partir dos componentes espaciais da acessibilidade, chega-se ao quadro de análise, com observações (Quadro 6) relativas à praça.

PRAÇA PROFESSOR BARRETO CAMPELO	
Componentes	Estado Atual
Orientabilidade	Falta de informativas.
Comunicação	Não há.
Deslocamento	Ausência de piso tátil, rampa de acesso e corrimões ou apoios. Passeio dificultado pelos vários desníveis e raízes de árvores no caminho.
Uso	Mesas e brinquedos não acessíveis.

Quadro 6: Análise dos componentes aplicados à praça.

FONTE: Acervo da autora, 2015.

Identifica-se a partir de visitas, que a praça não se encontra em condições acessíveis, com problemas de manutenção de pisos, ou aplicação do mesmo com revestimentos e desníveis não indicados que comprometem a acessibilidade do local, conforme as Figuras 37,38,39, e 40.



FIGURA 37: Desnível no parque.

FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 38: Acesso apenas através de escada.

FONTE: Autora, 2015.

A avaliação da praça Professor Barreto Campelo quanto aos quesitos da orientação, comunicação, deslocamento e uso, resultaram em um diagnóstico crítico quanto a acessibilidade. É preciso que a acessibilidade seja algo compartilhado e interligado para que tenha plenas condições de atender seus usuários, com variados tipos de especificidades.



FIGURA 39: Piso em cimento.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 40: Piso de revestimento não indicado e sem manutenção.
FONTE: Autora, 2015.

2.5 PRAÇA NOSSA SENHORA DE LOURDES

Situada na RPA 5, no bairro do Barro, a praça Nossa Senhora de Lourdes (Figura 41), entre as ruas Expedicionário Sebastião Clementino e a Padre Alberione, ocupa uma área de 2.837,40 m², o projeto de forma triangular (Figura 42), de autoria de Maria Inês de Oliveira Mendonça, entre os anos de 1975 e 1980, passou por uma reforma em 1994, feita por Cláudia Maciel.



FIGURA 41: Praça Nossa Senhora de Lourdes.
FONTE: Autora, 2015.

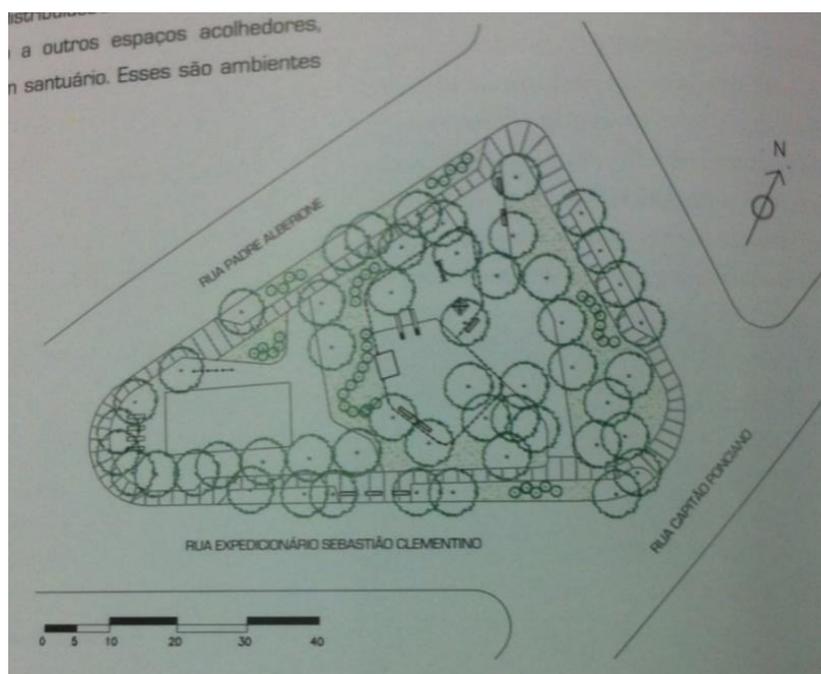


FIGURA 42: Planta Baixa, forma triangular.
FONTE: Espaços Livres do Recife, 2000.

A análise da praça de acordo com os componentes da acessibilidade espacial no Quadro 7, que identifica os problemas encontrados quanto a orientação, deslocamento, comunicação e o uso.

PRAÇA NOSSA SENHORA DE LOURDES	
Componentes	Estado Atual
Orientabilidade	Falta de placas informativas.
Comunicação	Telefone público sem condições de uso.
Deslocamento	Revestimentos inadequados presentes além de rampas de acesso precárias e fora dos padrões estabelecidos em norma.
Uso	Telefone público em local inapropriado, tornando-o inacessível. Bancos e mesas em declives e inacessíveis.

QUADRO 7: Análise de acordo com os componentes espaciais.
FONTE: Autora, 2015.

Nota-se na Praça Nossa Senhora de Lourdes, a falta de acessibilidade de acordo com a BNR 9050 em relação a: mobiliários, como mesas, bancos (Figura 43) e telefone público (Figura 44); rampas de acesso de cadeirante (Figura 45), adequação do piso em alguns espaços, para plena utilização de usuários com mobilidades limitadas (Figura 46). Além disso, há ainda inclinações de rampa maior que o permitido (de 2% a 5%) (Figura 47), e sem corrimão e falta dos pisos tátil,



direcional e alerta. Podemos considerar a praça Nossa Senhora de Lourdes não acessível, baseado na análise feita de acordo com os componentes, a praça não atende os requisitos da acessibilidade.



FIGURA 43: Bancos e Mesas em local impróprio.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 44: Telefone Público quebrado e em local inadequado.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 45: Rampa de cadeirante fora dos padrões da norma.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 46: Piso em condições inadequadas.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 47: Rampas inclinadas sem corrimão.
FONTE: Autora, 2015



2.6 PRAÇA DAS CASUARINAS

Localizada na zona sul do Recife no bairro do Pina, a Praça das Casuarinas (Figura 48) encontra-se na RPA 6, entre a rua Mário G. de Maio e a Rua Joaquim Carneiro da Silva, com 8.020,64 m², e formato triangular (Figura 49), de autoria das arquitetas Maria Inês de Oliveira Mendonça e Maria do Socorro Mussalém, em 1994.



FIGURA 48: Praça Cidade do Porto.
FONTE: Autora, 2015.

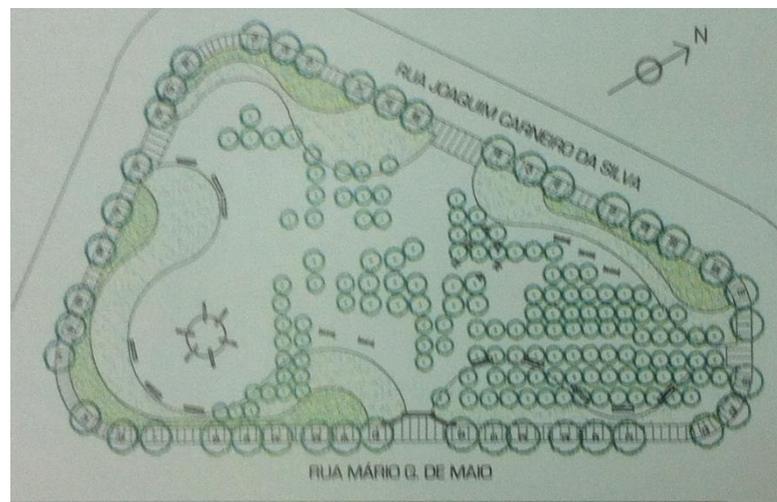


FIGURA 49: Planta Baixa, formato triangular.
FONTE: Espaços Livres do Recife, 2000.

De acordo com a análise feita através dos componentes (Quadro 8), nota-se que a praça carece de rotas acessíveis, que ofereça aos usuários a capacidade e autonomia de se deslocarem na praça com mínimo de esforço possível. Barreiras encontradas na calçada (Figura 50), que impedem a locomoção do pedestre. Falta



pisos com revestimentos adequados (Figura 51), piso tátil, áreas de descanso confortável que atendam a todos (Figura 52).

PRAÇA NOSSA SENHORA DE LOURDES	
Componentes	Estado Atual
Orientabilidade	Falta de placas informativas.
Comunicação	Não há.
Deslocamento	Não existem rotas acessíveis que possibilitem a locomoção por todos os ambientes da praça.
Uso	Brinquedos e bancos na parte interna da praça, sem passeio de acesso. Calçadas com barreiras - árvores e postes de iluminação.

QUADRO 8: Análise dos componentes.

FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 50: Calçada não atende a faixa mínima.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 51: Piso em areia comprometendo o acesso de pessoas deficientes.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 52: Ausência de áreas de descanso.
FONTE: Acervo da autora, 2015.

Não muito diferente do que foi visto anteriormente sobre outras praças, a Praça Das Casuarinas, é comprometida por toda sua extensão, pelo fato de que seu material de piso, não comporte com tamanha qualidade e segurança, qualquer pessoa



deficiente. Como verificamos na praça das Casuarinas, carece de acessibilidade, ao inserir um espaço público deve-se pensar que por ser público, ele deve servir a qualquer cidadão e não permitir qualquer tipo de segregação.

O presente capítulo diagnosticou a condição atual da acessibilidade das praças pesquisadas, a partir da orientação, comunicação, deslocamento e uso para que um espaço público cumpra sua função principal, de ser um espaço que abriga à todos sem distinção.



CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO ENTORNO E FUNÇÃO DAS PRAÇAS

O presente capítulo apresenta os estudos de entorno das praças a partir das considerações retiradas do livro da autora Leitão, “As praças que a gente tem, as praças que a gente quer – manual de procedimentos para intervenção em praças”, para que se possa entender as áreas analisadas.

Estar	A população utiliza para conversar, passar o tempo, jogar dominó.
Descanso	Local onde as pessoas param para descansar, entre expedientes de trabalho, como proteção ao clima.
Lazer	Espaço qual a população se desloca para desfrutar do tempo livre, se divertir.
Esporte	Destinada à prática de esportes.
Contemplação	Objetivo principal de contemplar, admirar, observar a paisagem.
Festa	Celebrações populares, ou religiosas.
Ecológica	Promovem melhorias no clima, qualidade do ar, através da presença de vegetação, solo natural.
Estética	Responsável pelo embelezamento da cidade, da paisagem construída, baseada na qualidade estética do projeto.
Educativa	Oferece ambiente desenvolvido para atividades que não sejam realizadas internamente na área escolar.
Psicológica	Funcionam como espaço relaxante, proporcionando contato com elementos naturais.

QUADRO 9: Funções das Praças.

FONTE: Leitão, modificado pela autora, 2015.

Leitão a partir do estudo do entorno da praça, chega as funções que a praça pode ter, definidas a partir de observações realizadas nas praças por uma equipe de estudantes da UFPE, que de acordo com seus usuários e uso do solo chegaram a definir as funções existentes nas praças. Ainda indica fatores que determinam as possíveis especificidades de uma praça que são: 1 – condicionantes do entorno; 2 – nível socioeconômico da população usuária; 3 – a importância do simbólica.



O entorno da praça varia de acordo com o lugar onde está inserida, sua função está diretamente ligada ao tipo de ocupação do solo. Ao analisar as seis praças, cada uma com suas especificidades, identifica-se de acordo com esse uso, sua real função.

3.1 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA CHORA MENINO

A praça encontra-se cercada por estabelecimentos comerciais e serviços (Figura 53 e 54), instituição financeira (Figura 55), governamental (Figura 56), e instituições educacionais, além de vias de fluxos moderado a intenso dependendo do horário (Figura 57). De acordo com a definição de Leitão quanto as funções, este espaço é contemplado de várias funções: Estar, Descanso, Lazer, Contemplação, Estética, Educativa e Psicológica.



FIGURA 53: Restaurante.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 54: Padaria Triunfo.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 55: Banco do Brasil.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 56: SAMU.
FONTE: Autora, 2015.

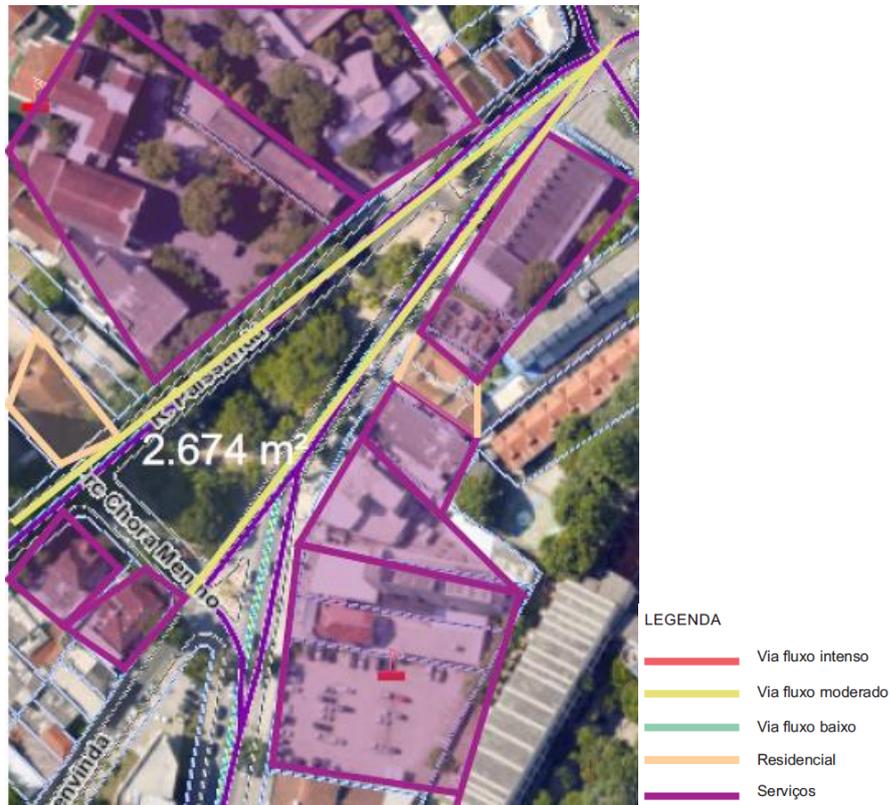


FIGURA 57: Entorno e Sistema Viário.
FONTE: Esig, modificado pela autora, 2015.

A partir das visitas exploratórias e a definição da função, Segundo Leitão, notamos que no contexto observação/função pode-se classificar a função da praça como local de descanso através de seus usuários.

3.2 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA PHAELANTE CÂMARA

A Phaelante Câmara, conta com edifícios religiosos (Figuras 58 e 59), escola (Figura 60), residências (Figura 61), prédios de utilidade pública (Figura 62) e academia da cidade (Figura 63). As vias de acesso no geral são vias moderadas, que de acordo com a hora o fluxo fica intenso (Figura 64). Sua função é destinada à pratica de esportes, de lazer e estar e de festa, pois recebe celebrações religiosas.



FIGURA 58: Igreja da Torre.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 59: Centro Pastoral.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 60: Escola Estadual Maciel Pinheiro.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 61: Residência.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 62: Suvag de Pernambuco.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 63: Academia da Cidade.
FONTE: Autora, 2015.

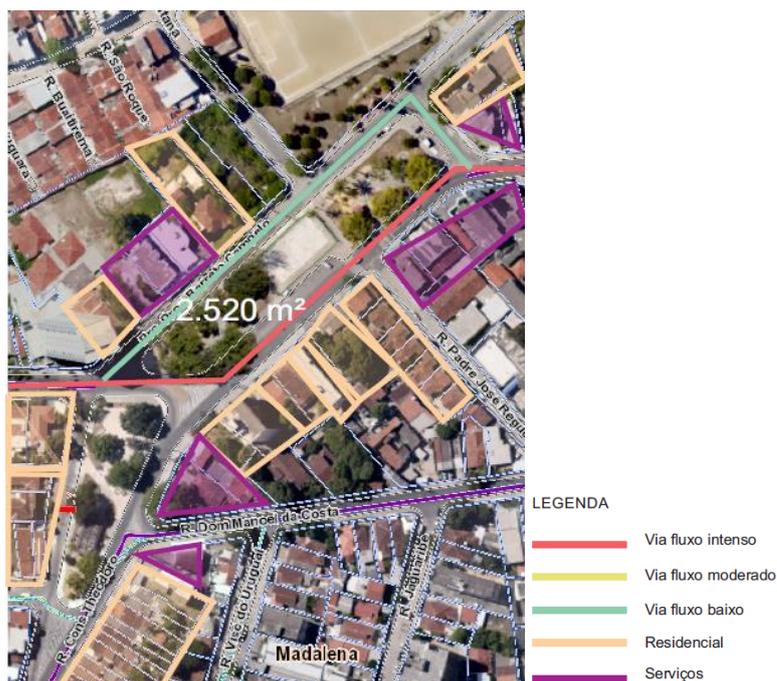


FIGURA 64: Entorno e Fluxo viário.
FONTE: Esig, 2015, adaptado.

Com base nos conceitos abordados, conclui-se que a Praça Professor Barreto Compelo tem sua principal função, a esportiva, apesar de dispor de várias áreas distintas.

3.3 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA SOUTO FILHO

Na praça Souto Filho, além de ter confluência com o Parque da Jaqueira (Figura 65), um dos parques principais da cidade, tem em seu entorno na maioria prédios residenciais, e comércios variados (Figura 66), e serviços (Figura 67 e 68).



FIGURA 65: Parque da Jaqueira.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 66: Quiosques.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 67: Clínica Marcelo Magalhães.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 68: Livraria da Jaqueira.
FONTE: Autora, 2015.

A função da praça modificou-se claramente por conta do fato de estar próxima à um parque. Mas ainda assim, nota-se que os usuários a procuram para conversas entre amigos, para descansar e eventuais feirinhas de adoção de animais.

Localizada entre a avenida rosa e silva, e a rua do futuro, via de fluxo intenso e médio, respectivamente (Figura 69).



FIGURA 69: Vias e ocupação do solo.
FONTE: Google Maps, 2015, adaptado.



Ao observar através das visitas, percebe-se que a utilidade da praça é comprometida por sua proximidade ao Parque da Jaqueira. Causando um esvaziamento do espaço, que também pode-se considerar que seja pela falta de acessibilidade, e conservação.

3.4 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA PROFESSOR BARRETO CAMPELO

A especificidade da praça aponta sua principal função, no caso da Prof. Barreto Campelo, destaca-se a função de estar. Seu entorno é composto, em sua maioria, por edifícios residenciais (Figura 70), mas também é próxima dos locais de comércio e serviços, restaurantes e postos de combustível (Figuras 71, 72 e 73). Seus usuários pegam o embalo da correria, e a utiliza para descansar, papear, no caso dos taxistas da “praça” existente ali (Figura 74). Margeada por uma das avenidas de maior extensão e de fluxo intenso, Av. Norte, e pela Santos Dumond (Figura 75).



FIGURA 70: Edifícios residenciais.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 71: Restaurante China In Box.
FONTE: Autora, 2015.



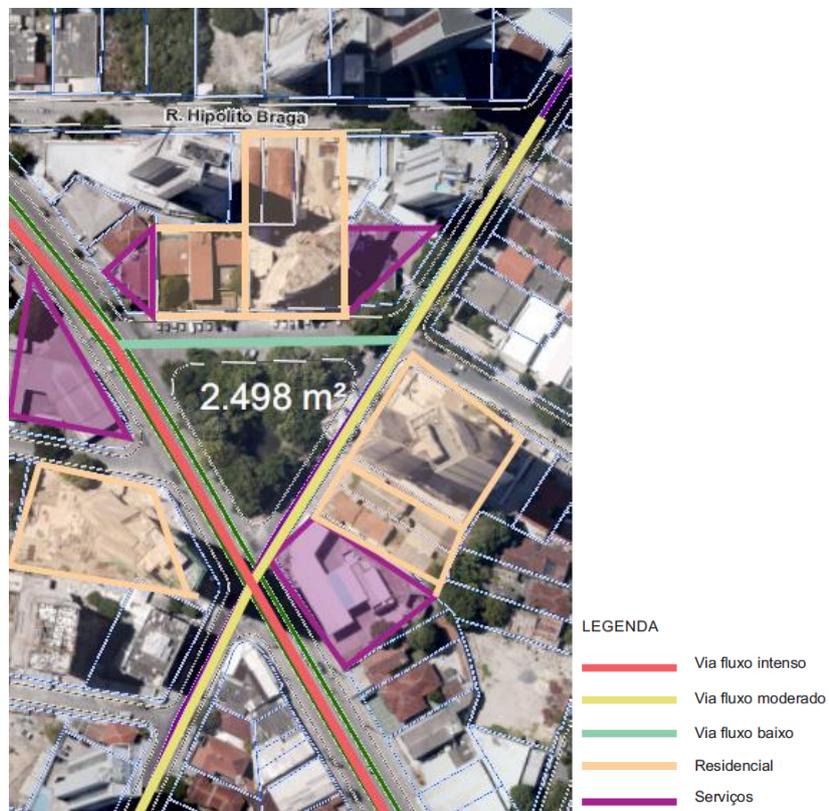
FIGURA 72: Galeria comercial.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 73: Posto de Combustível.
FONTE: Autora, 2015.



Figura 74: Ponto de Táxi.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURAS 75: Entorno e fluxo viário da Praça Rosarinho.
FONTE: Esig, 2015, adaptado.

O entorno da praça do Rosarinho é bem movimentado, a presença de uma parada de ônibus provoca uma dinâmica na praça, que provoca a todo tempo ter presença de usuários temporários, durante todo o dia.



3.5 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA NOSSA SENHORA DE LOURDES

Localizada em uma área tranquila no bairro do Barro, a praça Nossa Senhora de Lourdes, encontra-se em um local de perfil residencial tranquilo, residências de gabarito baixo (Figura 76), e algumas edificações com no máximo 3 pavimentos (Figura 77), centro espírita (Figura 78) que existe na redondeza. Sua função é diversificada, divide-se entre estar, descanso, lazer e esporte para atender aos seus vizinhos. O sistema viário de baixo fluxo transitório, acompanha as características da área do bairro (Figura 79).



FIGURA 76: Residências.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 77: Residências de até 3 pavimentos.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 78: Centro Espírita.
FONTE: Autora, 2015.

LEGENDA

- Via fluxo intenso
- Via fluxo moderado
- Via fluxo baixo
- Residencial
- Serviços



FIGURA 79: Sistema viário e entorno.
FONTE: Autora, 2015.



3.6 ENTORNO E FUNÇÃO DA PRAÇA DAS CASUARINAS

Na praça das Casuarinas, seu entorno é composto de residências (Figura 80), estabelecimentos de serviços (Figura 81), escritórios comerciais (Figura 82), todos com gabarito de no máximo até 2 pavimentos. Suas vias tem o fluxo pequeno (Figura 83), por se encontrar em um local que apesar de está inserido no meio urbano, da correria do dia-a-dia tem características de local tranquilo. Mostrando que o potencial da praça é de estar,



FIGURA 80: Residência.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 81: Serviço.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 82: Escritório.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 83: Salão de beleza.
FONTE: Autora, 2015.



FIGURA 84: Entorno da Praça das Casuarinhas.

FONTE: Autora, 2015.

Ao observar a utilização da Praça das Casuarinas, tivemos a conclusão de que ela é uma praça voltada ao lazer e esporte. Proporcionando aos vizinhos uma extensão de sua casa, em um espaço público.

Compreender o entorno e função das praças é um ponto de relativa importância para que se alcance um espaço utilizável, onde atenda às necessidades da vizinhança-usuários para aquele local.



CONSIDERAÇÕES

Este projeto de pesquisa teve como objetivo analisar os espaços livres públicos – praças em relação a questão da acessibilidade tendo como parâmetros os manuais “Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos” e “As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de procedimentos para intervenção em praças”. Nestes manuais contemplam as normas e leis de acessibilidade.

O resultado deste trabalho ampliou o conhecimento sobre o tema e as dificuldades que esses espaços estão passando para que a população possa usufruir como também justifica a necessidade de conscientizar não só o poder público em criar políticas públicas e em elaborar projetos de intervenção e adequação dessas praças atendendo a utilização sem exclusão, contribuindo com o direito do cidadão de ir e vir.

A partir desse estudo e da metodologia aplicada essa pesquisa pode ser ampliada e utilizada para a análise das outras praças existentes sendo possível obter o cenário atual desses espaços livres públicos – praças em Recife.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2008.

ARANHA, M. S.F. **A interação social e o desenvolvimento das relações interpessoais do deficiente em ambiente integrado**. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Norma Brasileira de acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Norma Brasileira de acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Norma Brasileira de acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Norma Brasileira de acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BARCELLOS, Vicente. **Os Parques como Espaços Livres Públicos de Lazer: o Caso de Brasília**, Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L10098.htm>>. Acessado em: 23 de Abril de 2015.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo a acessibilidade espacial nos edifícios públicos**. Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis. Ministério Público de Santa Catarina, 2012.

DORNELES, V. G.; AFONSO, S.; BINS ELY, V. H. M. **O desenho universal em espaços abertos: uma reflexão sobre o processo de projeto**. Gestão e Tecnologia de Projetos, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 55-67, 2013.

FERREIRA, M. A. G.; SANCHES, S. P. **Rotas acessíveis: definição de um índice de Acessibilidade das calçadas**. 15º Congresso de Transporte e Trânsito, 9 p., Goiânia, 2005.

GONZALEZ, N.; MATTOS, S. **O que é acessibilidade**. Instituto Novo Ser, Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <http://www.novoser.org.br/instit_info_acess.htm>. Acessado em: 11 maio de 2015.

HEINISCH, L. M.; DA LUZ, G. Y.; DORNELES, V. G.; ZAMPIERI, F. L.; BINS ELY, V. H. M. **ACESSIBILIDADE E APROPRIAÇÃO EM PRAÇAS: Estudo de três casos**



em Florianópolis (SC - Brasil). ENEAC - Encontro Nacional de Ergonomia no Ambiente Construído. Florianópolis, 2013.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e o desenho da cidade**. 2004.

LEITÃO, Lúcia. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer – manual de procedimentos para intervenção em praças**. Secretaria de Planejamento - Prefeitura do Recife, Recife, 2002.

MACEDO, S.S. **Espaços livres**. Paisagem e Ambiente ensaios, São Paulo. N. 7, p. 15-56, 1995.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARANHÃO, R. O. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**. São Paulo, 150 p., 2005.

PREFEITURA DO RECIFE. **Estudos e Pesquisas**. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/meioambiente/espacos_livres.php/> Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA DO RECIFE. **Paisagismo**. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/emlurb/paisagismo.phpem>> Acessado em 16 de março de 2015.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Os Espaços Verdes na História do Recife**. UFPE, 2004.

Oliveira, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação Geral do



BRASIL. **Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2012.

Disponível

em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acessado em 16 de novembro de 2015.

SOARES, Horácio. **Acessibilidade, uma web para todos**. Revista IMasters, São Paulo, p.10, fev. 2013. Entrevista. Disponível em: <<http://issuu.com/imasters/docs/revistaimasters5>> Acessado em 10 de novembro e 2015.

STESCHENKO, Wolfgang e MOREIRA, Nanci. **Jardinagem e Paisagismo**. Editora Senac, 1995.



ANEXOS

Componentes da acessibilidade espacial



Orientação

Para resolver os problemas de orientação espacial enfrentados pelas pessoas com deficiência visual deve-se prover o passeio público de pisos táteis que informem os perigos a serem evitados (piso alerta), os percursos seguros a serem seguidos (piso direcional) e, ao longo desses percursos, as mudanças de direção (piso alerta ou piso “decisão”) e locais com presença de informação (piso “parada”), todos descritos no Apêndice 1. As soluções de aplicação dos pisos podem variar conforme: largura dos passeios, presença de obstáculos, tipos de travessia e situações especiais (plataformas de transporte coletivo, desníveis acentuados, etc.). A utilização de sinais sonoros nas travessias com semáforos, assim como a presença de informação acessível (texto em braille, mapas táteis) também contribui para a orientação de pessoas com deficiência visual. No caso de entradas de garagem nos passeios públicos, deve-se prever sinalização sonora e luminosa alertando todos os usuários.

A boa identificação da função do edifício e de seus acessos por meio de tipologia arquitetônica (destaque para acesso principal, por exemplo), ausência de poluição visual e presença de informação acessível (letreros, tótems, mapas, etc.) contribui para a orientação de todos e, em especial, daqueles com baixa-visão. Para pessoas estrangeiras, iletradas ou com deficiência cognitiva, deve-se prever informação pictórica.



Comunicação

No caso de haver mecanismos de controle ao acesso do edifício (tais como interfonos), devem-se prever, para pessoas com deficiências auditiva e/ou na fala, formas de solicitar auxílio, tais como uma campainha ou visor, possibilitando receber e fornecer informações.



Deslocamento

O desenho dos espaços deve prever condições de segurança, conforto e continuidade dos percursos, cumprindo os requisitos da NBR 9050/04 em relação a faixa livre de circulação, declividade, desníveis e materiais de revestimento dos passeios, condições de travessia, entre outros.

Na existência de mecanismos de controle do acesso ao edifício – como catracas e portas giratórias – eles não devem ser impeditivos às pessoas com restrições motoras, ou obesos, ou que portem marca-passos, sendo indispensável prever acesso alternativo.



Uso

Deve-se possibilitar a fácil utilização, alcance e manuseio de todos os componentes de acesso ao edifício – tais como suportes informativos, corrimãos, maçanetas, sistemas automáticos, portas giratórias, portas corta-fogo, mecanismos de controle, etc. – para pessoas com deficiências. Deve-se prever existência de vagas de estacionamento (quantidade, localização e dimensionamento adequados) destinadas às pessoas com deficiências ou aos idosos (motorista ou passageiro), as quais não devem ser impedidas por balizas, cones ou veículos não autorizados.

ANEXO 1 – Componentes da Acessibilidade Espacial.

FONTE: Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos, 2012.